



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Secretaria-Geral

REUNIÃO	
Tema	Atuação da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e da Discriminação de Primeiro Grau
Data e hora	03/04/2024, às 15h30
Local	Sala Virtual Zoom
PROAD	202403000500057
Secretária	Vanessa de Almeida Santos Silva
Participantes	<p>Dra. Soraya Fagury Brito - Presidente da Comissão de Primeiro Grau;</p> <p>Dra. Érika Barbosa Gomes Cavalcante, Juíza de Direito, indicada pelo Comitê de Igualdade Racial;</p> <p>Dr. Gustavo Baratella de Toledo, Juiz de Direito;</p> <p>Sra. Dayane Monteiro de Sousa Fernandes, indicada pela Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão;</p> <p>Sra. Fernanda Alves de Sousa Vilela Montalvão, Vice-Presidente para assuntos jurídicos do SindJustiça, servidora eleita e indicada pelo SindJustiça.</p> <p>Sra. Maysa Teixeira Santos – Assessora Jurídica do Gabinete da 2ª Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás e Presidente da Comissão de Primeiro Grau;</p> <p>Sr. Kenedy Augusto – Diretor do Serviço de Atendimento ao Usuário - SAU, da Corregedoria-Geral da Justiça e indicado para compor a Comissão;</p>
PAUTA	
	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer os membros da Comissão; 2. Ouvir as sugestões dos membros quanto a ampliação de atendimento da comissão e de ações para serem executadas durante a Semana sobre o Enfrentamento e Prevenção ao Assédio, que será realizado no mês de maio do corrente ano.



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Secretaria-Geral

DELIBERAÇÕES

1. A Dra. Soraya agradeceu a presença de todos, apresentou os motivos da realização da reunião, e informou que no mês de maio será realizada a Semana sobre o Enfrentamento e Prevenção ao Assédio; abriu a oportunidade para que os membros presentes pudessem se apresentar e também para sugerir ações para serem executadas durante a referida semana.

2. Em seguida, a magistrada Dra Érika se apresentou e reportou que em conversa com alguns servidores deste Tribunal e com representantes do Sindjustiça foi relatado que há o assédio dentro do TJGo, mas as pessoas sentem receio de denunciar, assim sugeriu a realização de estudo para verificar alternativas dos servidores fazerem a denúncia de uma forma que eles se sintam mais seguros, bem como ações de divulgação do trabalho da Comissão.

3. A Dra Soraya ressaltou que atualmente os servidores não denunciam e que a sugestão apresentada pelo Sindjustiça de efetuar a denúncia anônima não é possível em virtude da vedação pela Resolução nº 351/2020 do CNJ. Afirmou que tratará essa questão com o Sindicato para encontrar uma solução. Informou, ainda, que os casos que chegam para a Comissão são encaminhados pela Junta Médica quando verificam que a causa do afastamento do servidor pode estar relacionada com o trabalho.

4. Com a palavra, o Dr. Gustavo parabenizou a atuação da Dra Soraya na frente da Comissão; salientou a importância da intercomunicação entre as várias políticas e comissões existentes no TJGO para abordar estas questões de forma eficaz, realizando um trabalho preventivo e curativo. Explicou que os assuntos afetos da Comissão compreendem todas as demais ações políticas de proteção que há no TJGO devido a sua natureza de generalidade, as quais se relacionam e possuem uma característica de transversalidade; asseverou sobre a necessidade de interiorização da política de enfrentamento, e destacou que pode ser executada em duas bases distintas, a primeira seria por meio da modificação da linguagem, como forma de conscientização, já a segunda por meio de um programa de portas abertas em cada região do Estado para o recebimento das informações, com o auxílio dos magistrados e magistradas integrantes da comissão.

5. A Dra. Soraya também apontou sobre a necessidade de interiorização dessa política e que estava estudando a criação do projeto “Fala que eu te escuto” para atender de forma eficaz essas questões.

6. O servidor Kenedy propôs a utilização do sistema próprio da Corregedoria para receber as reclamações de forma não anônima, e concomitantemente autuar um PROAD para tratar do respectivo assunto com o sigilo dos dados das pessoas, que ficariam acautelados no primeiro sistema. Propôs, ainda, a realização de palestras com Psiquiatra e sobre o tema de gestão de pessoas durante a Semana de prevenção.



PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Secretaria-Geral

7. A Dra. Soraya salientou que a unidade de Serviço de Atendimento ao Usuário – SAU, é uma unidade da Corregedoria de recebimento das reclamações e que poderia servir de veículo para o recebimento das denúncias da Comissão.

8. Com a palavra, a Dra Érika sugeriu para que tenha dentro do Programa “Fala que eu te escuto” um canal para tirar dúvidas de situações rotineiras que ocorrem dentro do TJ, para que a Comissão se posicione quanto as referidas questões. Explanou que a Comissão pode trabalhar a questão da comunicação não violenta, por meio de vídeos curtos ou algumas inserções de Comunicação não violentas ligadas ao cotidiano; propôs, também, a criação de um canal de recebimento de situações rotineiras anônimo para provocar a manifestação da Comissão sobre a situação /dúvida levantada;

9. A Dra Soraya destacou sobre a necessidade de ter um olhar mais humanizado diante das situações cotidianas relatadas pela Dra Érika;

10. A servidora Fernanda se apresentou e explicou as preocupações que os servidores possuem em denunciar as situações vivenciadas por eles; sugeriu para manter a centralização do recebimento das denúncias na Corregedoria, pois acredita que se o recebimento for realizado nas Comarcas poderia intimidar ainda mais os colegas;

11. A servidora Dayane reafirmou sobre os desafios que a Comissão enfrenta atualmente para de fato haver a sua ampliação e mencionou a importância de realizar a intercomunicação entre as demais políticas de prevenção do TJ, nos termos asseverados pelo Dr. Gustavo;

12. A servidora Vannessa sugeriu a utilização das ferramentas da mediação no local de trabalho para melhorar a comunicação e facilitar a gestão e a realização de oficinas de CNV durante a Semana de Enfrentamento.

13. Por fim, o servidor Kenedy compartilhou uma tabela em PDF que diferencia as situações de cobrança e dos conflitos saudáveis no ambiente de trabalho.

CONCLUSÃO

E ao final, a Dra Soraya se colocou à disposição e finalizou com manifestações de satisfação e agradecimento.

SORAYA FAGURY BRITO

2ª Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça e Presidente da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Sexual e da Discriminação do Primeiro Grau.



PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás
Secretaria-Geral

ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 2tBCTF9BhcK no endereço <https://proad-v2.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

Nº Processo PROAD: 202403000500057 (Evento nº 7)

SORAYA FAGURY BRITO

MAGISTRADO

2ª JUIZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.

Assinatura CONFIRMADA em 05/04/2024 às 16:06

